

DOSSIÊ TEMÁTICO

Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções.

Benjamin de Almeida Neves¹
Leonardo Morjan Britto Peçanha²

Resumo: Este ensaio tem o objetivo de evidenciar possíveis processos de violências, hostilização e invisibilização de homens trans e pessoas transmasculinas no ambiente escolar e educacional, trazendo também algumas intersecções que perpassam as experiências transmasculinas brasileiras. Através de alguns marcadores sociais da diferença (CARLOS, 2015), ilustramos como a soma e multiplicação desses atravessamentos podem ser pontuais para entendermos os processos de violência e não acessos, aos quais homens trans e pessoas transmasculinas são expostos. Ao final, sugerimos algumas estratégias sociais e educacionais para que esses processos de exclusão possam ser minimizados no ambiente educacional.

143

Palavras-chave: Homem Trans; educação; exclusão; invisibilidade; transmasculinidades

Introdução

Até a presente data da produção deste ensaio, os casos de evasão escolar provocados por conflitos e dificuldades de adaptação de estudantes transexuais não costumam ser registrados pelo Ministério da Educação. Ao buscarmos identificar dados

¹ Doutor em Educação (UERJ), Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT), Mestre em Ciências (UFRJ) e Especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ). Professor das redes municipal e estadual de Mato Grosso. Secretário de políticas internacionais do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e pesquisador dos grupos de pesquisa GENI – Estudos de Gênero e Sexualidade (UERJ) e GELLTED - Grupo de Estudos de Linguagem, Tecnologia e Diversidade (UFMT). Email: benjamimbraga1@gmail.com

² Mestre em Ciências da Atividade Física (PGCAF-UNIVERSO) e Especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ). Professor de Educação Física. Pesquisador no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade – Odara (IFRJ). Membro do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS. Email: leonardombpecanha@gmail.com

de pesquisas ou artigos relacionados às transmasculinidades e os cotidianos escolares brasileiros, poucos materiais foram encontrados.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil (2016), que contou com 1016 respostas efetuadas através de um questionário online, o relatório retrata altos índices de agressões verbais e físicas, além de violência física. É possível verificar também que o estudo apresenta baixos índices de respostas por parte das famílias e instituições educacionais, permitindo que ambientes educacionais sejam também ambientes inseguros. Para a maior parte dos estudantes entrevistados, a insegurança no ambiente escolar resulta em desistências, muitas faltas, depressão e o sentimento de não pertencimento a estas instituições hostis.

Ainda de acordo com o relatório, em uma seção em que se discute sobre os impactos de comentários negativos sobre pessoas trans, podemos perceber uma lacuna, novamente uma invisibilização de homens trans, não somente nesta seção do relatório, mas em diversas outras pesquisas que tratam de bullying e violências contras estudantes LGBTs, como por exemplo, o estudo do professor de geografia e pesquisador Moreira (2014), que relaciona cientificamente homofobia, ambiente escolar e espaço geográfico, mas não nos apresenta dados de estudantes, especificamente de homens trans ou pessoas transmasculinas.

Retomando a seção que trata dos comentários negativos sobre pessoas trans, o relatório (2016) nos informa que de forma semelhante aos comentários negativos sobre a identidade/expressão de gênero, há indivíduos que fazem comentários negativos sobre pessoas trans, pois elas “podem representar um desafio às ideias “tradicionais” sobre gênero”. Quando perguntados sobre a frequência com que ouviam comentários negativos especificamente direcionados às pessoas trans, como “traveco”, por exemplo, mais da metade dos/das estudantes LGBT ouvidos na pesquisa, ou seja, 54,7% relataram ter ouvido tais comentários frequentemente ou quase sempre.

Nesta mesma seção do relatório (2016) encontramos um depoimento de um estudante que se identifica como homem trans e este nos revela: “Não sou respeitado como homem trans e muito menos meu nome social. (depoimento de estudante trans, 15 anos, estado de Pernambuco).

Tendo em vista os poucos estudos realizados até hoje que nos revelem especificamente que tipos de agressões e violências estudantes transmasculinos e homens trans, seja do ensino básico ou superior vivenciam e as linhas de fuga que criam e recriam para sobreviverem, este ensaio tem como objetivos: contribuir para esta lacuna existente de forma a trazer também essas experiências para a linha de discussão dos estudos de gênero e sexualidade e educação no país, pontuar que as subjetividades transmasculinas e dos homens trans seguem sendo invisibilizadas e incompreendidas por grande parte das instituições e profissionais da educação e por vezes, da saúde também, à luz do conceito da interseccionalidade, proposta pela equipe que compõe este dossiê.

Este ensaio tem como objetivos ainda, através de nossos cinco interlocutores e das próprias experiências dos autores que trabalham na produção deste ensaio, evidenciar os processos de invisibilização, hostilidade, interrupções nos estudos, evasões e trocas de unidades escolares/educacionais, considerando alguns aspectos que compreendemos serem fundamentais em nossas análises: idade e seus cruzamentos (idade de transição social/idade de transição em reposição hormonal/ idade cronológica/ idade cronológica combinada com as outras idades, com o marcador da autorização e o cumpra-se, do uso do nome social nas instituições educacionais do país.

145

Afinal, quem somos nós?

De acordo com Pocahy e Dornelles (2010), diversas pessoas foram deixadas à margem no vários espaços-tempos de luta pelo reconhecimento de minorias sexuais e de gênero. Muitas pessoas, especialmente as pessoas negras e trans foram apagadas e subalterizadas por força da cisheteronorma e também foram excluídas de diversas pesquisas e intervenções sociais, sendo a maioria destas capacitistas e envolvidas em privilégios regionais.

No ano de 2009, dois anos antes do relançamento da obra de João W. Nery no Brasil, Viagem Solitária (2011) um marco para a visibilidade transmasculina em nosso país, eu, Benjamin, criei uma conta no portal YouTube e postei alguns poucos vídeos onde eu compartilhava minhas vivências como uma pessoa queer. É válido mencionar, que alguns vídeos sobre transmasculinidades começaram a ser compartilhados entre os anos de 2009 e 2010 em escala mundial, porém, no Brasil, esse processo se deu um pouco mais tarde.

Ainda no ano de 2009, o Grupo Arco Íris do Rio de Janeiro, que na época funcionava em um outro endereço, mas também no centro do município do Rio de Janeiro, promoveu um encontro social para reunir homens trans e pessoas queer. Lembro-me que somente três pessoas compareceram: Jandira Queiroz (ativista brasileira que promovia a discussão/ encontro), um homem trans (em início de transição social e de reposição hormonal) e eu.

No referido ano, não se falava muito no Brasil em pessoas queer ou mesmo pessoas transmasculinas, que dirá não – normativas (não binárias). As redes sociais ainda não exerciam o poder de divulgação e rápido compartilhamento de informações como hoje. O homem trans que esteve presente no encontro tem dez anos a mais que eu, hoje com 43 anos de idade (2020), portanto, somos de gerações diferentes. Todavia, naquela época, nosso conhecimento sobre transexualidade ou transgeneridade era mais ou menos ou mesmo: quase nenhum.

Fiquei surpreso e feliz de encontra-lo no Grupo Arco Íris, confesso. O pouco que eu sabia sobre o assunto, eu havia lido em livros de literatura inglesa sobre gênero que minha professora de literatura norte-americana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Eliane Borges Berutti, havia me “sugerido” e apresentado na época da minha graduação, ou seja, no final da década de noventa.

Como muito pouco se lia, via ou se ouvia em conversas informais ou nas mídias – na época- sobre o assunto, eu supunha que era algo que eu não devesse falar sobre. Como se a moral cristã se abatesse em mim e eu aceitasse que a minha própria transgeneridade fosse algo perigoso, marginal, ilegal e que devesse permanecer silenciado.

Se eu, naquela época tinha esse pensamento, comecei a me questionar e a refletir sobre os processos de anonimato e como essa construção da invisibilização dos homens trans, especialmente de mais idade, foi se (re) produzindo. Não é a toa que foi e é difícil vermos homens trans mais maduros, “assumidos” e conhecidos de um público maior. (NEVES, 2020).

Na maior parte dos estudos acadêmicos sobre *masculinidade dos homens*, há uma lacuna acerca das discussões sobre outras masculinidades, incluindo nesse rol, as transmasculinidades. Na antologia editada por Paul Smith, Meninos: Masculinidades na

Cultura Contemporânea, para uma série sobre Estudos Culturais, Smith sugere que a masculinidade deve ser sempre pensada no plural, como masculinidades e definidas e recortadas por diferenças e contradições de todos os tipos (NEVES, 2015).

As transmasculinidades, como o próprio nome nos sugere, são múltiplas e podem ser compreendidas como novas identidades políticas e sociais produzidas por homens trans e também pelas pessoas não-normativas (não binárias) que se identificam com as transmasculinidades e nem todas essas pessoas se identificam exclusivamente enquanto homens (ALMEIDA, 2012).

Pude perceber ao longo da construção da história transmasculina, seja ela em escala nacional ou até mesmo global, as categorias foram redesenhando as demandas e as demandas atendidas e as não atendidas, serviram/servem para se repensar essas próprias novas autodeterminadas categorias identitárias/políticas.

147

Desde 2010, e principalmente após o lançamento da obra intitulada Viagem Solitária de João W. Nery, um homem trans ativista e escritor, podemos observar a crescente visibilidade de trans homens, ftms, homens, homens trans, travestis, transviados, transgêneros masculinos e pessoas não binárias que se identificam com as masculinidades no nosso país, tanto na grande e independente mídia, quanto no movimento LGBTIQA+.

O ativismo de João Nery e sua visibilidade nas grandes mídias, ajudou não somente diversos homens trans a se (re)conhecerem enquanto pessoas trans*, mas também a incentivá-las a se organizarem politicamente. No ano de 2012 foi eleita a diretoria da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), primeira e importante organização de homens trans no país e mais tardiamente (2013), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) (PEÇANHA, LIMA; 2020).

Ambas as organizações por mim citadas acima, têm como objetivos a promoção da cidadania e os direitos humanos da população de homens trans e LGBT no Brasil, enquanto parte do movimento social LGBT. A ABHT sofreu algumas transformações e teve sua movimentação interrompida, porém retomada, no ano de 2018. O IBRAT, desde o ano de sua fundação, segue suas atividades com regularidade.

Em dezembro de 2014, dezessete homens trans brasileiros, sendo eu, Leonardo Peçanha, Alexandre Peixe e Jordhan Lessa alguns destes, participaram do IX Encontro

Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, evento organizado pelo Fórum Paulista de Travestis e Transexuais. Neste encontro foi decidido e aprovado em plenária, que a partir da data onde foi votada a decisão, a identidade política dos homens trans brasileiros seria nominada como homens trans e o movimento de pessoas trans do Encontro Regional Sudeste, concordou que este passaria a se chamar de movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

É válido mencionar que diferentemente do movimento de travestis e de mulheres transexuais, o nosso movimento, o movimento de homens trans, vem se organizando de maneira distinta e o termo homens trans, contempla uma diversidade de homens trans. Existem homens trans intersexuais, transgêneros masculinos, transgêneros masculinos, trans homens, homens trans, ftms, homens, transviados e pessoas não binárias que se identificam com as transmasculinidades ou com as diferentes construções de masculinidades (NEVES, 2015)

148

A proposta do Encontro Regional Sudeste de Travestis e Mulheres Transexuais do ano de 2014 foi levada ao ENTLAIDS, Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, e todos os homens trans contaram com o apoio de pessoas trans e aliadas para que de fato a presença e a representatividade nesses espaços nos fossem garantidas e também tivemos a confirmação da aprovação da nomenclatura.

No ano de 2015, aconteceu o I ENAHT (I Encontro Nacional de Homens Trans) em São Paulo, na USP, e contou com diversos homens trans e pessoas transmasculinas ativistas de todas as regiões do país. É válido mencionar que os homens trans e as pessoas transmasculinas presentes, acordaram em plenária, por votarem futuramente por uma nova nomenclatura política “transmasculinamente orientada”, de forma que ela fosse mais inclusiva, uma vez que muitas pessoas não binárias não se sentiam contempladas com a nomenclatura política anterior, de homens trans. Cinco anos já se passaram desde então, e a nomenclatura/identidade política dos homens trans e das pessoas transmasculinas, segue sendo de homens trans.

Tendo em vista os elementos expostos até aqui, buscaremos a seguir, explorar algumas questões como: Por que por diversas vezes, todos esses fatores já mencionados, às vezes combinados em algumas narrativas transmasculinas, outras não, têm contribuído

para a nossa invisibilização e para a omissão de dados que condizem com nossas realidades?

Se diversos homens trans não conseguem acessar ou têm muitas dificuldades em acessar pesquisas e resultados que condizem com suas realidades, cuidado em saúde digno e ético, movimentos sociais, casas de acolhimento a pessoas trans, acesso a educação respeitosa, e a empregabilidade (como consequência de suas subjetividades, também por discriminação ou por omissão de instituições e pessoas que as compõe), como podemos afirmar que homens trans brasileiros não são assassinados em maior número, como ocorre com as travestis e mulheres trans, ou que possuem mais acesso a direitos civis básicos e/ou ao afeto?

Antes de se pensar em produzir qualquer tipo de dado nessa linha em nosso país, é preciso que se trabalhe com quesitos visibilidade e leitura social. Precisamos – e esta é uma opinião pessoal minha, do Benjamin- ter nossas identidades transmasculinas representadas e reconhecidas pela sociedade e pelas mais diversas instituições, especialmente as escolas.

149

Penso que, para as próximas décadas, caso essa reeducação para a leitura social dos homens trans brasileiros não aconteça, ou seja, caso não haja um entendimento construído em nossa sociedade de que alguns de nossos corpos, ainda que “se assemelhem aos corpos cisgêneros”, são corpos trans, muitas outras formas de violência podem continuar a acontecer.

Diversos homens trans que não fazem (independentemente dos motivos) reposição hormonal, mas que têm uma expressão de gênero masculina ou fluída, ou os que fazem reposição hormonal mas ainda assim não são lidos socialmente como homens ou como homens trans, mas sim lidos socialmente como “sapatões”, (diferentemente da dicotomia mulheres trans x travestis, onde a sociedade já consegue ler socialmente quem é a travesti, mas não sabe ainda identificar/diferenciar quem são os homens trans ou as pessoas transmasculinas), muitos de nós tentará ou terá êxito em tirar suas próprias vidas, contribuindo assim, inclusive, para o não envelhecimento da população transmasculina no país e para o aumento das estatísticas de suicídios pelo sistema, uma vez que nós, homens trans, somos parte do grupo de pessoas trans que mais comete suicídio entre as pessoas trans em escalas nacionais e globais (NEVES, 2020).

Considerando a natureza interdisciplinar deste ensaio e o curto espaço de tempo para explorá-la ainda mais, tivemos que elaborar uma metodologia de certa forma “fora” dos métodos disciplinares mais usuais. Nos apropriamos de algumas combinações como a crítica textual, a etnografia, a pesquisa histórica, a pesquisa intervenção, a produção de categorização/catalogação e a cartografia das narrativas cotidianas.

Eu, Benjamin, em minha tese de doutorado, chamei esta metodologia mais especificamente de *cartografia das narrativas cotidianas* porque ela é uma tentativa de flexibilizar as várias localizações das informações acerca das transexualidades masculinas, suas memórias e experiências no cruzamento com instituições formais educacionais e seus processos (NEVES, 2020).

Obviamente, eu poderia ter produzido uma consistência metodológica confinando-me exclusivamente a textos literais, mas a metodologia aqui usada exemplifica uma das muitas formas de resistência: “narrar a vida e literaturizar a ciência” (ALVES, 2000, p.3). Embora a maior parte dos trabalhos informativos ou de catalogação sobre comunidades sexuais alternativas sejam feitos através de etnografias, e sabendo ainda que autobiografias e histórias narrativas se inclinam a serem tipos de materiais aos quais nós nos apoiamos, existem desavenças entre acadêmicos/as queer sobre como nós devemos produzir e interpretar tais informações sobre modos de existência e sexualidades.

Tendo em mente uma preocupação inicial sobre como homens trans e pessoas transmasculinas estão conseguindo acessar ou não instituições educativas, foram ou são tratadas nestes espaços, de que forma profissionais da educação, gestores/gestoras e estudantes outros lidam ou têm lidado com as subjetividades trans anteriormente e posteriormente a adoção do nome social nos espaços educativos em nosso país, encontramos nas conversações com alguns de nossos pares (através de mensagens de áudio no aplicativo de comunicação Whatsapp) e também em outras *escrituras* (DERRIDA, 2014), um valioso material de investigação.

Sobre os interlocutores transmasculinos e suas experiências/relatos em espaços educacionais institucionalizados: o que eles nos revelam?

Para a elaboração deste ensaio, contamos com a colaboração de cinco homens trans. Alguns terão seus nomes revelados, pois já são conhecidos midiaticamente e também por conta de suas contribuições para o movimento organizado de homens trans. São eles: Alexandre Peixe, Célio, Bruno e Leonardo Peçanha.

Os dois primeiros são mais velhos (estão próximos dos 50 anos) e fizeram suas transições sociais e de reposição hormonais e estudaram, muito antes da publicação de aprovação do decreto de uso de nome social. Bruno, Peçanha e A., por serem mais novos que os demais, já conseguiram acessar o Ensino Médio (caso de A.) usando o nome social e, no caso de Bruno e Peçanha, mais velhos que A., o uso do nome social aconteceu na graduação de um deles e durante a pós-graduação do último.

Alexandre Peixe, além de precursor do movimento social organizado e da luta pelo protagonismo transmasculino no Brasil, é pai, avô e um homem negro. Após algumas tentativas frustradas de contato com Célio, o que se sabe sobre ele é o que pode ser visto na *escritura* a seguir. Contamos também com a contribuição de A., homem trans, 19 anos, branco, morador da zona oeste do Rio de Janeiro, aprovado recentemente em uma universidade pública do estado para cursar Pedagogia e em conversa conosco, compartilha de suas experiências e futuras perspectivas.

É interessante avaliarmos aqui que, para além das taxas de mortalidade de diversas pessoas transmasculinas no Brasil, as que são/estão vivas, na sua grande maioria, não conseguem acessar e ou permanecer no sistema educacional brasileiro básico, contribuindo para o aumento do número de alunos/alunas evadidas das escolas públicas de ensino básico brasileiras.

Uma vez não concluindo o ensino básico, esses alunos transmasculinos dificilmente conseguirão/conseguem se colocar no mercado de trabalho e não serem explorados ou não ficarem sobrecarregados. Além da dificuldade de acesso, temos também a dificuldade com relação à permanência desses indivíduos, na educação básica, por diversos motivos como o bullying e o não reconhecimento de seu nome social oficialmente pela escola ou pelos/pelas colegas e professores/professoras.

No documentário produzido no ano de 2008 pelo Coletivo de Lésbicas e Minas de Cor, dirigido por Márcia Cabral e compartilhado no portal YouTube¹, Peixe se faz

presente e nos revela algumas especificidades quanto a sua relação com os estudos e a escola. Ele nos diz:

Eu acho complicado ainda voltar pra escola, eu sei que eu tenho que terminar meus estudos, mas eu não consigo entrar numa escola, eu me sinto em um lugar que eu não tenho saída, quando eu estou dentro de uma escola.

Ainda no mesmo documentário, outro homem trans presente, Célio, nos revela como funcionava sua negociação com seu nome na escola e sua relação direta com a professora. Ele afirma então:

Aí a professora vinha e falava assim você não vai falar presente? E eu falava “a senhora não falou meu nome!” ela falava “falei sim, falei seu nome!” E eu dizia “esse não é meu nome!” E ela disse “é sim” “ai eu falava “então eu não vou responder!”, e aí eu ficava calado! Então ela sabia que era eu e não perguntava mais, porque ela via que eu estava lá.

152

Já para A., em uma das nossas conversas por aplicativo de mensagens, comenta sobre suas experiências na escola (Ensino Fundamental e Médio), já pós publicação do decreto de uso do nome social e suas expectativas para ingressar no ensino superior, uma vez que já faz a reposição hormonal há alguns anos e possui hoje uma aparência que condiz com seu gênero, mas não com sua sexualidade, nos afirma:

Quando eu entrei no Ensino Médio eu tava saindo de uma escola que eu comecei minha transição pra todo mundo ver, digamos assim, no final de 2016 e eu ia entrar no Ensino Médio no começo de 2017 e eu saí dessa escola municipal que era assim bem rígida, era difícil essa minha questão da transição lá, eu não usava ainda meu nome social, mas quando eu entrei no Ensino Médio, foi uma mudança muito positiva. Ainda nas férias eu fui nessa escola com a minha mãe para ir na direção solicitar o nome social previamente, a direção foi super tranquila, eles abriram na hora os registros e já anotaram meu nome e inclusive me disseram que minha mãe nem precisava ter ido, que eu podia ter ido sozinho. Ela gosta de ir, de acompanhar e assim, na escola em si, foi bem tranquilo. A maioria dos alunos não foi transfóbico abertamente, uma ou outra ocorrência e da parte dos professores também. Uma vez só um professor deu uma queimada com meu nome porque na chamada dele estava o nome anterior. E eu podia por meu nome nas provas. Foi importante ter mudado de escola porque na escola anterior, que eu tava começando a me entender, no final de 2015, era um ambiente que não me respeitava, eu era tratado no feminino. Foi essencial ter mudado de escola e encontrado um ambiente que me respeitava, porque é aquilo, é o mínimo, respeitar nossa existência e isso me fez permanecer na escola. Por conta do COVID 19 este ano, a solicitação do nome social na universidade foi toda feita online e não tive problemas. Estou fazendo três anos de transição social e física, digamos assim, e as violências que sofro hoje são outras. Não sofro transfobia direta (por conta de binder aparecendo, por exemplo), porque sou lido socialmente como homem, mas sofro outras violências porque a sociedade me vê como um

veadinho. A sociedade segue sendo transfóbica comigo quando cobra de mim e de nós homens trans essa cisheteronormatividade. É uma violência as pessoas trans terem que parecer pessoas cis para serem respeitadas.

Se pessoas transmasculinas encontram dificuldades em adotarem seus novos nomes, encontrarem emprego e moradia e acessarem uma saúde trans-específica e básica de qualidade, o desejo de cursar uma universidade além de muitas vezes nem existir, pelos mais diversos motivos, como classe social baixa, por exemplo, ou simplesmente pela pessoa em questão nem cogitar como possibilidade cursar uma universidade com o objetivo de ampliar seu leque de conhecimentos ou conseguir outra posição no mercado de trabalho ou sonho.

A pessoa trans não luta somente por melhorias de condições de instituições públicas de serviços prestados a qualquer cidadão/cidadã, ela luta por direitos de acesso a essas mesmas instituições cispatriarcais que pessoas cisgêneras acessam muitas vezes desprezando seus direitos já adquiridos. Giroux (1995) considera que hoje é possível se pensar em uma variedade de lugares de aprendizagem, tais como a mídia, a cultura popular, o cinema, a publicidade, as comunicações de massa e as organizações políticas e religiosas.

Fischer (1997), por sua vez, acredita que essas esferas produzem imagens e saberes sobre o que pode ser entendido e produzido como velhice que operam como dispositivos pedagógicos, subjetivando os sujeitos e produzindo modos de identificação e compreensão de si e do que está ao redor.

Em conversa com uma criança trans e sua mãe numa live, o professor Bruno Santana, mostra algumas das dificuldades que crianças trans podem ter na escola. A mãe relata que em diálogo com a coordenadora da escola para saber sobre as atividades extraclasse devido a pandemia, foi orientada a não interagir com demais colegas impedindo que seu filho não mandasse o vídeo no grupo o qual demais colegas de turma estavam. O vídeo fazia parte das atividades extraclasse.

¹ Para assistir ao documentário na íntegra: EU sou Homem (Documentário). Diretora: Márcia Cabral; Produção: Coletivo de Feministas Lésbicas / Minas de Cor. 2008. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=byORQGJUt-U>.

A mãe foi orientada a mandar num grupo privado: *“Para não dá nenhum problema, por ninguém saber que ele é uma criança trans, você pega as tarefas e os vídeos manda no privado pra mim, pra eu ver as tarefas? Não coloca no grupo não”*. A mãe então diz que não vai mandar os trabalhos e atividades, já que seu filho não vai poder interagir com as demais crianças no grupo e nem ter o mesmo tratamento igual às outras crianças.

Após alguns dias a coordenadora entrou em contato com a mãe se referindo ao menino no feminino dizendo que não estava fazendo os deveres. E imediatamente a mãe disse: *“O nome dele é João e se você garantir que ele será respeitado mando os trabalhos. Ele não deixou de fazer os deveres, mas enquanto for tratado por outro nome não. Não será você que vai constranger o meu filho a isso.”* A mãe relatou que está em diálogo com a escola a algum tempo para conversar sobre seu filho e tomar os devidos acertos. (SANTANA, 2020).

Ainda em 2020, outro garoto trans foi vítima de transfobia. A escola, particular, está localizada no bairro de Ramos, na cidade do Rio de Janeiro, próximo ao bairro onde eu, Leonardo, moro. O menino trans adolescente passou por situações vexatórias, como por exemplo, na chamada, devido ao uso do nome social. Ser chamado por um número passou a ser corriqueiro, para além da chamada. Os docentes começaram a chamar o rapaz por um número. Primeiro 7 e depois 6. Nunca pelo seu nome social (DELANOI, 2020).

Como os professores lidam com situações de transfobia institucional em ambientes educacionais?

Uma das principais dificuldades é em relação ao uso do nome social. Diversos docentes não aceitam chamar discentes pelo nome que eles desejam e isso torna-se um impeditivo na comunicação e relação entre docente e aluno. Esta não importância com relação ao nome é refletida em toda interação na escola e com/entre demais funcionários.

Dificuldades podem ser percebidas também por professores trans. Bruno Santana é docente em uma escola em particular em Salvador. Sua presença profissional enquanto professor do quadro da escola foi questionada, levando uma pessoa a indagar se o número de matrículas teria diminuído, como podemos ver no diálogo a seguir (G1 BAHIA, 2019):

“-Vocês têm um professor trans na escola, né?”

- Sim, sim. Professor Bruno Santana excelente profissional.
- Não que eu concorde, mas você não acha que isso pode ter diminuído o número de matrículas?
- Quem acha que uma pessoa trans, apenas por ser trans, não pode educar seu filho, não merece a nossa escola.”

Essas violências são marginalizações que pessoas trans, seja elas docentes ou discentes, podem vir a passar dentro da escola (VERGUEIRO, 2015). Na graduação não é diferente e esse tipo de violência acontece e se repete com demais pessoas trans da mesma forma. Aconteceu comigo, Leonardo, e com o professor Bruno Santana também. Ele relata que diversas vezes em aulas seu corpo e existência não foram legitimados. Diz ter sofrido preconceito e invisibilização por parte de professores e nos afirma:

Minha resistência dentro da UEFS como homem trans se dá nesse contexto de exclusões e violências vivenciados dentro das aulas de Educação Física onde por diversas vezes tive o meu corpo negado, deslegitimado, e silenciado pelos professores que em suas práticas pedagógicas legitimavam determinadas identidades e práticas sexuais que se encaixavam dentro da normatividade. (SANTANA, 2017. p.04).

155

Para além do nome social, a cisnormatividade está na estrutura epistemológica educacional da educação como um todo, fazendo com que exista um não pertencimento por parte das pessoas trans, por completo. Somado a isso, a invisibilização transmasculina, esse não lugar dentro dos espaços educacionais, pode se expandir.

No que diz respeito aos cursos das áreas das Ciências da Saúde, como Educação Física, Biologia e Fisioterapia, por exemplo, onde as questões relacionadas ao corpo e a biologia ganham mais destaque, fica perceptível a binaridade e a estrutura cisnormativa e biologicista. Neste sentido, os conteúdos acabam reproduzindo uma ideia naturalizada de biologia fixa, que leva automaticamente a transfobia estrutural quando pensamos em corpos trans e corpos intersexo. A corporeidade trans foge da binaridade e quebra expectativas corporais cisgêneras. Com isso, muitas pessoas trans e intersexo podem se sentir desconfortáveis em aulas de anatomia, biologia ou quando é transmitido algum conteúdo sobre corpo.

Observamos que a maneira como a violência age no meio educacional com alunos e alunas pode ser manifestado de forma diferente, mas atua de forma estrutural

atingindo as pessoas trans. Kimberlé Crenshaw (2002), feminista negra, professora e pesquisadora e uma das teóricas pioneiras a abordar o tema da interseccionalidade, aponta que existem sistemas discriminatórios e eixos de poder que se sobrepõem e cruzam fazendo intersecções. Sendo, assim olhando para formas como a transfobia estrutural acontece nas escolas e universidades, podemos dizer que atrelado à transfobia, demais marcadores sociais dos discentes contribuem para a soma e multiplicação dos processos estruturais de violências aos quais podem estar submetidos.

Pessoas trans que são atravessadas por demais marcadores sociais, como, por exemplo, raça, classe, idade, território ou questões relacionadas ao capacitismo, podem ter aumentadas as formas de violências que são obrigadas a lidar.

Para homens negros trans, essa dimensão da transfobia junto ao racismo estrutural pode ser bastante violenta. Às vezes, essas violências podem ser bastante visíveis e em outras, serem mais sutis. Não há como separar o homem negro do homem trans e nem o homem trans do homem negro (PEÇANHA, 2018). Logo, as duas estruturas de violências se cruzam e se sobrepõem como nos apontou Kimberlé, anteriormente.

Alguns espaços podem ser menos acessados justamente por conta de marcadores específicos estarem misturados e expostos visivelmente. Em alguns casos, um deles pode se sobrepor a outro(s), porém dialogam entre si pela experiência e trajetória que os fez chegar ou não, até aquele momento. Considerar a leitura racista que a sociedade coloca em cima da leitura social de homens negros é importante. Ela pode denunciar como a transfobia e o racismo usam estratégias para dialogarem.

Quando a escola foi questionada pelo fato do professor Bruno Santana ser um professor trans e que isso poderia diminuir o número de matrículas, podemos considerar que esse tipo de “dúvida” também poderia ser colocado, talvez de forma diferente, pelo fato dele ser também um homem negro. Logo, um homem negro trans. Como se essas duas características que o representam, fosse algo pejorativo. Ou seja, a mistura e multiplicação desses marcadores sociais costumam afetar a maneira como ele, eu e demais homens negros trans podem ser e são lidos na sociedade.

De acordo com o exposto acima, é importante percebermos como diversos fatores sociais podem interferir tanto na atuação do professor em sala de aula (ensino básico ou superior), como também do aluno homem trans na escola ou nas universidades. Por

distintas vezes, são estes determinados marcadores sociais que podem diferenciar a maneira como a transfobia e outras demais formas de violências, irão se manifestar. A escola, assim como as universidades, são instituições de poder e podem, por inúmeras vezes, reproduzirem estruturas patriarcais e de forma colonial.

Considerações finais

Concluindo, é válido pontuarmos que devido a essa lacuna existente sobre as experiências dos homens trans e pessoas transmasculinas e suas relações com as mais diversas instituições educacionais, como sugestões de estratégias para minimizar as violências vivenciadas, consideramos valioso:

- Estar em atenção para não naturalizar formas de preconceito que podem ser lidas como corriqueiras, evidenciando cuidado com as diferenças, observar e compreender o ser humano como fazendo parte de uma diversidade e assim incluí-lo de forma integral, levando em consideração especificidades transmasculinas e ainda, incentivar estratégias de incentivo em forma de política pública de acesso e permanência de pessoas trans nas universidades e escolas que fujam ao modelo cisnormativo;

- Dialogar com homens trans e pessoas transmasculinas para entender quais são suas demandas, sem criar expectativas, pode ser uma sugestão para não naturalizar esquemas esperados de como pessoas trans podem agir ou não dentro da escola. Principalmente, se o homem trans for atravessado por mais de um marcador social; Atentar para o avanço da ciência e com o tempo não reproduzir epistemologias que deveriam ser atualizadas olhando para as diversas áreas do conhecimento científico que também estão tensionando e mostrando novas maneiras de ser e estar no mundo;

- Ler, citar e compartilhar epistemologias transgêneras, especificamente transmasculinas negras e transmasculinas, para que a diversidade nos estudos de gênero e sexualidade possam ser contempladas amplamente.

- Por fim, ter empatia e entender que enquanto profissionais da educação não podemos julgar e condenar alunos e alunas por perpassarem por uma subjetividade diferente das demais. O movimento deve sempre ser de acolhimento e respeito.

Referências

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: < <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/07/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

MOREIRA, C.A. Espaço Escolar, Geografia e Homofobia: Um Diálogo entre Educação, Gênero e Diversidade Sexual. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/5545/1/CARLOS%20ANDRE%20GAYER%20MOREIRA_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

ALMEIDA, G.S. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 2, n.20, mai/ago 2012, p.513-523.

158

ALVES, N. A Compreensão de Políticas nas Pesquisas com os Cotidianos: Para Além dos Processos de Regulação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2001, p. 1195-1212.

CARLOS, Paula Pinhal. Marcadores Sociais da Diferença. Texto disponível no MOODLE, disciplina: Marcadores sociais da diferença. UFRGS. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan.2002.

DERRIDA, J. Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DELANOI, C. Homofobia e transfobia: pais acusam colégio do Rio de Janeiro de discriminar alunos. Rio de Janeiro. Fantástico. Disponível em: < <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/09/27/homofobia-e-transfobia-pais-acusam-colegio-do-rio-de-janeiro-de-discriminar-alunos.ghtml> > 27 de setembro de 2020.

G1 BAHIA. Após questionamento sobre atuação em escola, professor trans comenta: 'Pedagogia que não inclui jamais será educativa'. Salvador. G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/03/21/apos-questionamento-sobre-atuacao-em-escola-professor-trans-comenta-pedagogia-que-nao-inclui-jamais-sera-educativa.ghtml> > Acesso em: 21 de março de 2019.

NEVES, B. Transmasculinidades e o cuidado em saúde: desafios e impasses por vidas não fascistas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Clínica Médica. Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

NEVES, B. Hospitalidade transmasculina e envelhecimento: redes de conversações na/com a saúde e a educação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

NERY, J. Viagem Solitária: Memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Visibilidade trans para quem? Parte II – Um olhar transmasculino negro. Disponível em: < [Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro | Negros Blogueiros](#) > . Acesso em: 23 mai. 2020.

PEÇANHA, L.; LIMA, P. Guinadas Narrativas | História do movimento transmasculino no Brasil. Sesc 24 de Maio. Youtube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=MwcmIw_ymPo > Acesso em: 08 de setembro de 2020.

159

SANTANA, B. S. Educação Física e Transgeneridade: novos olhares e perspectivas sobre diversidades corporais e identidade de gênero. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017.

SANTANA, B. S. Transgeneridade na infância! Conheça a história do @gustavo.blogueirinho e sua mãe Jaciana. Instagram. Disponível no link:<<https://www.instagram.com/tv/CCer5exndAM/>> Acesso em 10 de julho de 2020.

VERGUEIRO, V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

The challenges of transmasculinities in the educational environment: violence and intersections

Abstract: This essay aims to highlight possible processes of violence, hostility and invisibility of trans men and transmasculine people in the school and educational environment, also bringing some intersections that permeate the Brazilian transmasculine experiences. Through some social markers of difference (CARLOS, 2015), we illustrate how the sum and multiplication of these crossings can be punctual in order to understand the processes of violence and non-access, to which trans men and transmasculine people

are exposed. In the end, we suggest some social and educational strategies so that these processes of exclusion can be minimized in the educational environment.

Keywords: Transnen; education; exclusion; invisibility; transmasculinities

Recebido: 01/03/2021

Aceito: 17/05/2021